difíceis, nos quais o processo inflacionário tenderá a tornar-se mais profundo e irreversível.

Constatamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as medidas governamentais não ultrapassaram a tênue superfície das coisas. A política agrícola não se modificou substancialmente, como também as medidas relativas ao crédito e ao salário, para que se pudesse assegurar melhor qualidade de vida ao povo. Todos sabemos que, no Brasil, a causa da inflação é, inegavelmente, a pouca oferta de gêneros alimentícios, a demasiada liberdade do mercado financeiro e a inexistência de uma política de produção de insumos e equipamentos adequada a manter o ritmo do crescimento econômico.

Neste quadro, as próprias autoridades da República reconhecem a falência de suas iniciativas e, diante dessa falência, dessa inanição governamental, dessa falta de perspectiva quanto à elaboração de um projeto efetivamente capaz de solucionar a fundo os graves problemas econômicos do País, o Governo remete ao Congresso Nacional uma solução para a crise política, que não a soluciona. Para este Congresso ele envia, seguindo o pão-durismo das suas diretrizes nas áreas econômica e política, um projeto de anistia que não anistia, já que mantém presos, mantém o País dividido, mantém exilados, mantém o estado de odiosidade que impede se congregue a Nação para solucionar os problemas que enfrenta nesses setores.

Lamentamos esse fato, Sr. Presidente, e exigimos que as autoridades da República reflitam sobre as graves responsabilidades que têm e que levem a sério as reivindicações de bem-estar e de pacificação da Nação brasileira.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ÍTALO CONTI (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a opinião pública do Estado do Paraná ficou profundamente traumatizada quando do rude atentado de que foram vítimas duas funcionárias do Banco do Brasil de Porto Alegre, que se encontravam em nosso Estado em visita turística.

Essas duas jovens apreciavam nossas belezas naturais na Lagoa Dourada, próximo a Vila Velha, quando foram violentamente atacadas por três marginais. Levadas para a gruta, no Monge — na cidade da Lapa —, foram ali seviciadas, tendo uma delas sido impiedosamente assassinada.

O hediondo crime, de repercussão nacional, levou o próprio Governador Ney Braga a interferir pessoalmente na sua elucidação, recomendando que todo o aparelho policial fosse empenhado na sua descoberta e imedita prisão de seus autores.

A Polícia Civil do Paraná, que consideramos situada entre as melhores do Brasil, partindo de um indício colhido durante as diligências, conseguiu, com notável eficiência e sacrifício de toda ordem, prender os assassinos. O fato causou grande alívio à população e repercutiu muito bem, face ao clima de tranqüilidade que voltou a reinar no seio da comunidade paranaense.

Desejo, nesta oportunidade, congratular-me com a Polícia Civil do Paraná, seu Diretor, Dr. Luiz Chemin Guimarães, o Delegado de Homicídio, Dr. Peter Maleski, e com todos os agentes de segurança, os quais, com sacrifício, denodo e muita coragem, souberam cumprir sua árdua e penosa missão, merecendo, assim, os nossos parabéns pelos reais benefícios que trouxeram à comunidade paranaense, que está justificadamente orgulhosa de sua Polícia Civil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO GILBERTO (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a greve de fome dos presos políticos é um gesto de protesto que precisa encontrar eco na alma brasileira. São homens que pegaram em armas contra um regime autoritário, que também combatia de armas nas mãos. São homens, trabalhadores de consciência política uns, estudantes e intelectuais outros, dissidentes políticos do autoritarismo e da ditadura.

A anistia de "conta-gotas" do Governo não os atinge. O mesmo projeto que abrange a todos quantos torturaram e praticaram violências do lado governamental marginaliza os presos políticos, tenta confundir a ação política armada com os crimes comuns

Aliás, o projeto governamental da anistia não atinge os estudantes que foram punidos por motivos políticos nas escolas e universidades; não resolve a situação sindical dos que foram afastados, pelos mesmos motivos, de suas direções operárias e de classe; não concede anistia aos funcionários públicos civis e militares atingidos, só lhes abrindo a porta para uma vergonhosa revisão capciosa e unilateral.

O projeto da anistia é, pois, restritivo e está recebendo da consciência brasileira uma reação muito grande

Hoje, o Congresso instalou a sua Comissão Mista para apreciar a matéria. É o início da tramitação legislativa para a qual esperamos inspiração e patriotismo, independência e vigor do Parlamento, a fim de dar a esse mesquinho projeto as verdadeiras dimensões de anistia que só pode ser ampla, geral e irrestrita.

O SR. MENDES DE MELO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz o atual Governo que a prioridade maior, de ora em diante, no País, é o agricultor.

Esta preocupação, nós que somos oriundos da lavoura, a entendemos por demais tardia, porque não foi ontem que começou o sofrimento do homem do campo, abandonado, marginalizado, humilhado e entregue a toda sorte de incertezas e imprevistos.

Hoje, o Brasil já poderia estar orgulhando a sua gente por ser o maior produtor de alimentação do mundo e seguramente estaria com superávit na sua balança comercial, se uma assistência real e efetiva tivesse sido dada àquele que é o responsável pela produção agrícola.

Esses Governos, ditos da Revolução, esqueceram ou não tiveram capacidade de estabelecer as prioridades maiores desta Nação e foram saciando suas vaidades com a construção de obras faraônicas à custa de espantosos empréstimos exteriores, obras estas que não estão trazendo benefícios reais ao povo brasileiro. Povo que está passando fome. E isto está provado, pois que, para alimentarmos todos os brasileiros, hoje, adequadamente, teríamos que estar produzindo em 20% do território nacional. Estamos, porém, produzindo em apenas 4%. Estes índices demonstram a carência de alimentos que está nos afetando.

Volto da minha região, em Santa Catarina, o Vale do Itajaí, onde neste mês de julho, ao percorrer os meus municípios, estive em constantes contactos com o nosso homem do campo, e dele mais uma vez trago o desânimo, a incerteza e a frustração, pois ele, o homem do campo, continua marginalizado e esquecido.

E agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, além de esquecido e marginalizado, o homem do campo está sendo maltratado e ofendido até na sua honra.

Isto está partindo das pessoas responsáveis pelas agências do FUNRURAL em todos os municípios da minha região, principalmente em Blumenau, onde os funcionários estão a dispensar terrível tratamento aos agricultores, até com palavras de baixo calão. Isto eu assisti pessoalmente, quando acompanhei um agricultor que foi solicitar uma certidão negativa no FUNRURAL. Aquele cidadão, porque não trazia a documentação completa foi chamado de "vagabundo", "vadio" e "trapaceiro".

Esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a realidade. É assim, que o governo quer encher a panela do povo. Porém, lamentavelmente, parece não passar de mais um embuste, de mais um golpe publicitário, uma vez que não descobriram, ainda, que se o homem do campo, o humilde agricultor, não merece nenhum tipo de atendimento, merece, pelo menos, pelo que resistiu até agora, por tudo o que fez até aqui, pela sua pertinácia, um pouco de respeito por parte dos funcionários do Governo lotados nas agências do Funrural.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (ARENA — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente João Figueiredo tem enfatizado ser meta prioritária de seu Governo às atividades agrícolas.

Tem enfatizado essa decisão através de medidas de largo e profundo alcance e, por isso mesmo, geram expectativas otimistas entre os homens do campo.

Novas fronteiras agrícolas foram firmadas, com a expansão das áreas a serem cultivadas, e houve a extensão naquelas que já produziam ou produziram.

Dentro deste clima de otimismo para o trabalho agrícola, meu Estado Mato Grosso do Sul empenhou-se decididamente. Creio que a área agricultável lá deva aumentar em 50% sobre a da safra 78/79 e onde sobressaem as culturas do arroz, milho, soja e trigo — substanciais para o consumo interno de nossas populações e para as exportações que, segundo se ouve nas áreas governamentais, precisam ser intensificadas para o equilíbrio sonhado de nossa balança de pagamento.

Até aqui tudo bem.

Mas a política dos Ministros da área econômica parece-me contrária à decisão governamental. E o otimismo dos homens do campo está-se esmaecendo com as recentes providências de controle sobre os combustíveis e outros derivados do petróleo.

Face a isto, não há diesel no meu Estado. A carência é geral, notadamente nos municípios agrícolas, como Maracaju, Ponta-